

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
13ª Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
SHARM-EL-SHEIKH - EGIPTO

EX.CL/447 (XIII)

RELATÓRIO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS
DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA

**RELATÓRIO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS
SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA**

INTRODUÇÃO

Os Chefes de Estado e de Governo da Organização da União Africana adoptaram, em 1990, a Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança. Esta Carta, que consigna um certo número de direitos e, mesmo, deveres da criança, entrou em vigor em 1990. Até hoje, ela foi ratificada por 41 países africanos.

Ela prevê, nos seus artigos 32 a 45, a criança e as tarefas do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança. Este Comité integra 11 membros, eleitos, pela primeira vez, pela 37ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana, realizada em Lusaka, Zâmbia, em Julho de 2001.

O objectivo do Comité é o de velar pela protecção e promoção dos direitos prescritos na Carta e, nesta qualidade, compete-lhe acompanhar a aplicação das disposições da Carta pelos Estados Parte. Neste sentido, o Artigo 43 da citada Carta impõe aos Estados parte a apresentação de relatórios sobre as medidas adoptadas para dar corpo às disposições da Carta.

Depois da sua eleição, o Comité empreendeu várias acções a favor dos direitos da criança, nomeadamente missões de sensibilização a certos países africanos para se inteirar da situação das crianças. Ele elaborou, igualmente, vários documentos de trabalho sendo, entre outros, o Regulamento Interno, as directivas para a análise dos relatórios dos Estados parte, as directivas para a análise das comunicações e directivas sobre o estatuto de observador.

O Comité reuniu-se, igualmente, em várias sessões entre as quais a 10ª teve lugar de 25 a 27 de Outubro de 2007, no Cairo, Egipto, e a 11ª de 26 a 28 de Maio de 2008, em Adis Abeba, Etiópia.

A realização da 10ª Sessão do Comité no Cairo foi motivada pela vontade de permitir aos seus membros participar activamente no Segundo Fórum Pan-africano sobre as Crianças que se realizou no Cairo, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007. Este Fórum adoptou o Apelo por uma acção acelerada com vista à implementação do Plano de Acção para “Uma África Digna às Crianças”. Este Apelo identifica as acções prioritárias a desenvolver a favor das crianças e define as responsabilidades de cada parte envolvida na questão das crianças, nomeadamente, do Comité. Este, por seu lado, assumiu aquando da sua 11ª sessão incluir o Apelo nas suas actividades.

Durante a sua 11ª Sessão, o Comité recomendou, igualmente, a realização de uma Cimeira Africana sobre as Crianças. Não obstante, a falta de meios com que se confronta, o Comité adoptou o tema da jornada da criança 2009 e exprimiu o desejo de dispor de um orçamento autónomo à semelhança das outras instituições da Comissão da UA.

A este respeito, a Comissão da UA atesta que o orçamento do Comité deriva do Departamento dos Assuntos Sociais, o que é associado à insuficiência de meios

financeiros colocados à sua disposição. Constitui um sério obstáculo para o cumprimento da sua missão. A Comissão não só apoia esta recomendação do Comité dispor de orçamento autónomo, como também a colocação à sua disposição de meios financeiros suficientes.

O Comité acaba de realizar a sua primeira pré-sessão para análise dos relatórios submetidos pelos Estados Parte, nomeadamente, Egipto, Maurícias, Nigéria e Ruanda, em Adis Abeba, Etiópia, de 29 a 31 de Maio de 2008. Esta pré-sessão, na qual participaram organizações internacionais e nacionais, teve como objectivo permitir ao Comité obter a contribuição destas organizações actuantes nestes países a fim de melhor preparar a sessão com os Estados concernentes.

A Comissão da UA gostaria de informar ao Conselho Executivo que o mandato de 4 membros do Comité termina em finais de Julho de 2008 e 4 novos membros serão eleitos. Ela apresenta os seus agradecimentos, a estes membros cujo mandato termina, pelos serviços prestados à criança africana.

O presente relatório resume as recomendações e decisões da 10ª e 11ª Sessões e se apresenta em duas partes:

1. Síntese das recomendações da 10ª Sessão
2. Síntese das recomendações da 11ª Sessão

I. DÉCIMA (10ª) SESSÃO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA (CAEDBE)

A 10ª Sessão do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança realizou-se no Hotel Ramses Hilton, Cairo, Egipto, de 25 a 27 de Outubro de 2007, e contou com a participação de oito membros do Comité, bem como de representantes das agências da ONU, organizações internacionais e nacionais encarregues das questões da criança.

Após debates, foram adoptadas as seguintes recomendações e decisões:

1. Eleição dos Membros da Mesa

O programa de trabalho da sessão previa a eleição dos membros da Mesa. No fim das discussões ficou decidido prorrogar o mandato da Mesa (cujo mandato termina) até a próxima sessão.

2. Adopção do documento quadro para a lista das questões a examinar nos relatórios dos Estados

O Comité havia confiado a dois membros a responsabilidade de elaborar um projecto de documento quadro para a fixação de uma lista de questões a examinar nos relatórios submetidos pelos Estados Parte, no quadro da aplicação da Carta Africana dos Direitos e o Bem-estar da Criança e as observações para domínio específico. Após a apresentação do projecto, o documento foi discutido e adoptado sob reserva de introdução de algumas emendas.

3. **Preparação da pré-sessão para análise dos relatórios dos Estados Parte**

O Comité decidiu organizar uma pré-sessão para analisar os relatórios apresentados pelos seguintes Estados parte: Egipto, Maurícias, Nigéria e Ruanda para assegurar a aplicação da Carta Africana dos Direitos e o Bem-estar da Criança.

Esta sessão deverá contar com a presença não só dos membros do Comité mas também de representantes das organizações internacionais, das Comunidades Económicas Regionais e interessadas pela questão, bem como das ONGs nacionais intervenientes no domínio dos direitos da criança e de pessoas idóneas seleccionadas pelo Comité.

4. **Prémio dos defensores dos direitos da Criança 2008**

Durante a sua 9ª Sessão, o Comité havia decidido atribuir um prémio em cada dois anos aos defensores dos direitos da criança.

Face a um certo número de constrangimentos e problemas surgidos aquando do primeiro prémio, seria recomendável preparar cuidadosamente a atribuição do próximo prémio. Assim, um documento deve ser preparado a este respeito para explicar como o primeiro prémio foi atribuído e quais os problemas encontrados.

Ficou decidido que o segundo prémio seja atribuído a uma pessoa que se ocupa da defesa e promoção dos direitos da criança e que este prémio não seja ligado a um tema.

5. **Inclusão do Comité na Auditoria da União Africana**

Na sequência das dificuldades com o que o Comité se confronta, o Sr. Zoungrana, Presidente do Comité teve um encontro com o Presidente da Comissão da União Africana onde foi informado que o Comité será considerado pela auditoria geral da Comissão da União Africana. A este respeito, a representante da União Africana informou que a preparação da assistência da auditoria está em curso.

Dada a urgência, os membros do Comité solicitaram ao Presidente para enviar rapidamente uma carta ao Presidente da Comissão da União Africana lembrando-lhe do seu compromisso de tomar em conta os problemas do Comité na auditoria.

II. **DÉCIMA-PRIMEIRA (11ª) SESSÃO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA (CAEDBE)**

A 11ª Sessão do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança realizou-se no Centro de Conferências da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 26 a 28 de Maio de 2008.

Nela participaram oito membros do Comité, representantes das agências das Nações Unidas, as organizações internacionais e nacionais encarregues das questões da criança.

A seguir às discussões, foram adoptadas as seguintes decisões e recomendações:

1. **Inclusão do Comité na Auditoria da UA**

Os membros do Comité constataram que não obstante a correspondência enviada pelo Presidente, o Comité não foi tomado em consideração pela auditoria. As observações escritas apresentadas pelo Presidente do Comité sobre o relatório da auditoria foram encaminhadas para o Gabinete do Presidente da CUA. Os membros do Comité reafirmaram, uma vez mais, o seu desejo de ver o Comité tomado em consideração pela auditoria da UA.

2. **Discussão sobre o Orçamento do Comité**

Após a apresentação pelo Secretário do Orçamento afecto pela Comissão para o ano 2008, os membros lamentaram a modestia dos meios financeiros atribuídos ao Comité e propuseram que seja feito um apelo aos parceiros para o financiamento das suas actividades de 2008.

- a) O Comité decidiu transferir para 2009 as actividades previstas no programa de trabalho para 2008 à excepção de algumas actividades que se prevêem realizar em 2008. Para a execução das actividades prioridade será dada àquelas que não puderam ser realizadas em 2008. No quadro de execução das suas actividades, o Comité decidiu tomar em consideração o apelo de aceleração para uma África Digna às Crianças.
- b) Foi criado um grupo de trabalho para elaborar um projecto de plano de acção 2010-2015 que será apresentado, dependendo da conclusão, à 12ª ou à 13ª Sessão do Comité. Neste Plano de Acção, o Apelo de Aceleração para uma África Digna às Crianças deve ser tomado em consideração.
- c) Para lhe permitir dispor de recursos suficientes para cumprir a sua missão, o Comité manifestou ainda o desejo de dispor de orçamento autónomo à semelhança de outras instituições da Comissão da UA. Este orçamento será apresentado e defendido perante o Comité dos Representantes Permanentes pelo próprio Comité.

3. **Tema da Jornada da Criança Africana para o ano 2009**

Várias propostas de temas foram apresentadas pelos membros do Comité, os quais chegaram, finalmente ao consenso sobre o Apelo para aceleração para uma África Digna às Crianças.

Deste modo, o tema retido para a jornada da criança Africana 2009 é o seguinte: Uma África Digna às Crianças: Apelo por uma Acção acelerada com vista à sua Sobrevivência.

4. **Participação dos membros em encontros internacionais**

Foi sublinhada a pertinência da participação dos membros do Comité em reuniões internacionais sobre os direitos da criança, nomeadamente as conferências organizadas pelas Nações Unidas, pois estas reuniões permitem-lhes aumentar consideravelmente os seus conhecimentos e tirar proveito com troca de experiências.

Estes membros deverão beneficiar os outros membros do Comité, transmitindo-lhes as informações adquiridas aquando destas reuniões internacionais.

A participação do Presidente do Comité no Conselho de Administração da organização do Fórum Africano de Políticas para Crianças (ACPF) foi igualmente discutida. A seguir aos debates sobre os fundamentos desta participação e sobretudo sobre a sua compatibilidade ao regulamento interno, foi decidido que o Presidente do Comité continue a marcar presença no Conselho de Administração desta organização.

5. Colaboração com o Comité das NU sobre os Direitos da Criança

O Presidente do Comité informou aos demais membros sobre as considerações tidas com o Presidente do Comité das NU sobre os Direitos da Criança acerca da possibilidade de estabelecer uma colaboração entre as duas instâncias.

Durante as intervenções sobre esta questão, os membros do Comité louvaram a colaboração entre as duas instituições e solicitaram que seja criado um quadro próprio para sua efectivação.

O Gabinete foi designado para preparar os termos de referência que serão discutidos com o Gabinete do Comité das Nações Unidas.

6. Recomendações da 11ª Sessão

Após debates, o Comité adoptou as seguintes recomendações:

- Dotar o Comité de um orçamento autónomo e suficiente;
- Dotar o Comité com meios necessários para lhe permitir cumprir convenientemente a sua missão;
- Enriquecer os Estatutos do Comité;
- Reforçar a visibilidade do Comité;
- Encorajar a participação das crianças nas actividades do Comité;
- Sensibilizar os Estados a ratificar a Carta e a submeter os seus relatórios conforme as prescrições da Carta;
- Assegurar a vulgarização da Carta à semelhança da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;
- Organizar uma Cimeira Africana sobre as Crianças.

7. Eleição da Mesa

Face a certos constrangimentos nomeadamente a ausência de três membros na presente sessão e a partida de quatro membros, os quais já não são elegíveis, os membros do Comité decidiram proceder à eleição de três membros da Mesa, devendo os outros serem eleitos durante a 12ª Sessão com a chegada de quatro novos membros.

Os novos membros eleitos são:

- Srª Diakhaté Seynabou: Presidente
- Srª Koffi Marie Chantal Appoh: Vice-presidente
- Srª Boipelo Lucia Seiltamo: Relatora

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
13ª Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
SHARM-EL-SHEIKH - EGIPTO

EX.CL/447 (XIII)
Anexo 1

RELATÓRIO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS
DIREITOS E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 5517 700 Fax 5517844

www.africa-union.org

**DÉCIMA (10^a) REUNIÃO DO COMITÉ AFRICANO
DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS
E O BEM-ESTAR DA CRIANÇA (ACERWC)
25 – 27 DE OUTUBRO DE 2007
CAIRO – EGIPTO**

RELATÓRIO

RELATÓRIO

I. INTRODUÇÃO

1. A 10ª Reunião do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança foi realizada no Hilton Ramses Hotel, Cairo, Egipto, de 25 a 27 de Outubro de 2007.

II. PARTICIPAÇÃO

2. A Reunião contou com a participação de oito Membros do Comité bem como representantes de Organizações que lidam com assuntos relacionados com crianças: UNICEF, UN WFP, ICRC, ANPPCAN, Save the Children – Sweden-Nairobi, o Fórum Africano de Políticas sobre a Criança, o Instituto dos Direitos Humanos e Desenvolvimento em África, CONGOC-Senegal, o Centro Jurídico Comunitário de Western Cape.

III. Ponto 1 da Agenda: CERIMÓNIA DE ABERTURA

a) **Discurso de Abertura pela Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais**

3. O Dr. Hassen El Hassen do Escritório da UA no Cairo leu o discurso de abertura em nome de Adv. Bience P.Gawanas, Comissária da UA para os Assuntos Sociais. A Comissário pediu desculpas por não poder participar na reunião. Deu as boas-vindas a todos os participantes no Cairo e formulou votos de maiores sucessos nas deliberações. Informou a reunião que a Sra Mariama Cisse que foi recrutada como Secretária do Comité assumiu as funções no passado mês de Setembro. Acrescentou que um outro cargo de Alto Funcionário Político foi aprovado na estrutura e será preenchido em breve.

4. Ela realçou que a reunião era especial, uma vez que precedia o Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança: Avaliação a Meio Percurso que se realizaria de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2007 e em que os Membros do Comité são solicitados a desempenhar um papel importante. Ela afirmou que uma sessão interactiva com o Comité foi incluída na Agenda do Fórum e que os Membros do Comité foram escolhidos para serem intervenientes nas várias Discussões dos Painéis Temáticos a realizar durante o Fórum.

5. Salientou que desde a convocação do Primeiro Fórum Pan-Africano, a situação das crianças africanas não melhorou embora houvesse alguns progressos em algumas áreas. As crianças africanas são ainda confrontadas com muitos problemas e os Governos não incluíram as questões relacionadas com crianças nos seus programas prioritários nacionais.

6. Em conclusão, ela solicitou o Comité a finalizar as modalidades com vista a acelerar a análise dos relatórios dos Estados Partes, que foram recebidos. Reafirmou aos Membros do Comité que a Comissão da UA tem confiança no Comité e que atribui uma atenção especial às actividades do Comité.

Reiterou que a União Africana continuaria o seu apoio e colaboração com o Comité na execução do seu mandato. Por fim desejou sucessos à reunião.

b) Discurso pelo Presidente do Comité

7. O Sr. Zuniram Jean-Baptiste, Presidente do Comité, começou o seu discurso de abertura dando as boas-vindas aos Membros do Comité e parceiros presentes. Expressou os seus agradecimentos às autoridades egípcias pelas facilidades concedidas, e à Comissão da União Africana, nomeadamente a Adv. Bience Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais por ter aceitado participar na sessão.

8. Evocou a decisão do Conselho Executivo ratificada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, que: “manifestou a sua preocupação quanto à deterioração da situação das crianças no continente e reiterou a necessidade de tornar a África um lugar digno para as crianças para que possam desenvolver-se e crescer”. O Conselho também recomendou o Comité a envolver-se na organização e na realização do fórum para avaliar o progresso do plano de acção para as crianças, motivo pelo qual, como disse o Presidente, esta sessão foi convocada com vista a examinar a via seguida, as dificuldades encontradas, e a considerar as perspectivas estratégicas relativas à criança africana. Realçou ainda as principais acções empreendidas pelo Comité.

9. O Sr. Zoungrana evocou igualmente as actividades do Conselho Executivo e a sua reunião com o Presidente da Comissão Africana, na sequência da qual se registou um grande avanço, nomeadamente a aprovação da criação do Secretariado do Comité, cuja secretária, Sra Cisse Mariama, tomou posse. Ele também salientou o compromisso do Presidente da Comissão de incluir a questão mais global sobre a infância na agenda dos Chefes de Estado e de garantir que os auditores da União Africana tomem em consideração os problemas do Comité.

10. Felicitou os Membros do Comité pela sua determinação apesar da insuficiência de meios e das dificuldades institucionais que o Comité está a enfrentar, e exortou-os a prosseguir o seu compromisso. Fez referência à Agenda da presente sessão e solicitou que os participantes fossem assíduos, tivessem discussões francas e apresentassem sugestões construtivas.

11. Finalmente, o Presidente reiterou os seus agradecimentos à Comissão da União Africana, particularmente ao seu Presidente Alpha Omar Konare e à Adv. Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais e ao pessoal do seu departamento bem como aos parceiros.

IV. Ponto 2 da Agenda: QUESTÕES PROCESSUAIS

a) Consulta entre os Membros do Comité

12. Após a cerimónia de abertura, os Membros do Comité realizaram uma reunião consultiva privada para discutir algumas questões processuais e

administrativas. No que diz respeito à Mesa, o Presidente explicou que em conformidade com a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança e o Regulamento Interno do Comité, o Comité deve eleger uma nova Mesa. Foi igualmente realçado que o mandato de alguns Membros do Comité terminava em 2008. Após um exaustivo debate sobre o assunto, decidiu-se que, como alguns Membros do Comité não estavam presentes, a eleição da Mesa devia ser adiada até a chegada dos mesmos.

13. O Comité também levantou a questão de apoio ao Presidente do Comité. Salientou-se que o Presidente do Comité foi convidado a representar o Comité nos vários fóruns e que ele não estava a obter nenhum apoio da Comissão da UA. Foi lançado um apelo à Comissão da UA no sentido de conceder apoio financeiro ao Presidente a fim de lhe permitir executar as suas responsabilidades.

14. O Comité analisou em seguida a Agenda e decidiu que na ausência do Secretário Geral da Conferência de Haia, que já tinha apresentado as suas desculpas, a sua apresentação sobre “A Conferência & Modernas Convenções de Haia sobre a Protecção Internacional da Criança”, seria substituída por uma apresentação sobre “A Harmonização de Leis Relacionadas com a Criança”, que o Fórum Africano de Políticas sobre a Criança apresentaria.

b) Eleição da Mesa

15. Após um prolongado debate sobre o assunto, o Comité decidiu alargar o mandato da actual Mesa até a próxima reunião do Comité.

c) Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

16. A Agenda e o Programa de Trabalho foram adoptados com emendas. A Agenda é anexada ao Relatório.

V PROCEDIMENTO DA REUNIÃO

Ponto 3 da Agenda: Breves Apresentações pelos Parceiros

17. Os Representantes das Agências das NU, ONGs e outras Organizações foram solicitados a se apresentarem e a fazer uma breve apresentação sobre as actividades das suas Organizações.

18. Os Participantes fizeram a apresentação.

a) O Representante da UNICEF confirmou que a sua Organização continuará a colaborar com o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança e o Departamento de Assuntos Sociais da Comissão da União Africana e reafirmou que a UNICEF continuará a apoiar os seus esforços.

b) Quanto ao Representante do Instituto de Direitos Humanos e Desenvolvimento que está sediado em Banjul, ele confirmou que a sua

organização defende a promoção dos Direitos Humanos e que este Instituto em breve apresentará um caso ao ACERWC. Especificou que a sua organização solicitou o estatuto de observador junto do Comité.

c) A Representante de ANPPCAN evocou as relações de trabalho entre o Comité e a sua organização. Preciso que a sua Organização estava envolvida na elaboração de relatório da conferência sobre a criança que será submetido ao Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança.

d) O Representante do Centro Jurídico Comunitário da Universidade de Cape Town (Africa do Sul) preparou uma compilação de 12 artigos publicados sobre a Carta e sobre as actividades dos Comités. O seu representante esclareceu que, juntamente com outras ONGs, submeteram um documento ao CDC das NU acerca de “recursos disponíveis sobre os direitos da criança: uma perspectiva africana”.

e) O Representante do Comité Internacional da Cruz Vermelha sublinhou que a sua instituição colaborou com o Departamento de Assuntos Sociais da UA e o ACERWC. Declarou que a sua organização pretende reforçar essa colaboração conforme as conversações que foram efectuadas com o Presidente do Comité à margem da Cimeira Ordinária da UA em Acra, em Janeiro de 2007.

f) O Representante de CONGOC-Senegal informou a reunião do lançamento, em Junho de 2007, de uma iniciativa para apoiar a Carta Africana dos Direitos e o Bem-estar da Criança, que abrange dez alianças da África Ocidental.

g) O Representante de Save the Children apresentou a sua Instituição e confirmou que esta Instituição colaborará com o Comité.

Ponto 4 da Agenda: Apresentação sobre a Harmonização de Leis sobre a Criança pelo Fórum Africano de Políticas sobre a Criança (ACPF)

19. O Sr. David Mugawe do ACPF apresentou ao Comité um estudo realizado pelo ACPF sobre "no melhor interesse da Criança: Harmonização das Leis na África Oriental e Austral”.

20. Após a apresentação foram sublinhados os seguintes aspectos:

- a) A harmonização das leis deve ser acompanhada por um Regulamento bem elaborado;
- b) É necessário não só incluir as disposições na legislação nacional mas também implementá-las;
- c) Progressos notáveis foram alcançados a nível nacional; é necessário coordenar e harmonizar essas actividades;

- d) As leis diferem de um país para outro;
- e) Os Estados Membros devem harmonizar a definição da palavra “Criança”.

Ponto 5 da Agenda: Descrição geral do Artigo 31 da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança apresentada pelo Centro Jurídico Comunitário da Universidade de Western Cape, Africa do Sul

21. A Prof. Julia. Sloth-Nielsen e o Sr. Mezmur Benyam do Centro Jurídico Comunitário da Universidade de Western Cape, Africa do Sul, apresentaram uma análise detalhada do Artigo 31 da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança (ACRWC) em particular sobre os deveres da Criança Africana. Na sua conclusão, realçaram que:

- A Carta não reflecte um consenso normativo africano sobre os direitos das crianças, mas coloca os direitos das crianças no contexto cultural africano e também estipula as responsabilidades das crianças para os pais, comunidades e sociedade como um todo.
- Embora a Carta reconheça os deveres das crianças, não se desvia do foco do seu reconhecimento inicial que “... a criança, devido às necessidades do seu desenvolvimento físico e mental requer cuidados especiais em relação à saúde, desenvolvimento físico, mental, moral e social e exige protecção legal em condições de liberdade, dignidade e segurança. O Artigo 31 foi feito de forma a impedir que seja exigido que a criança realize os seus deveres de um modo que viole os seus outros direitos nos termos da Carta;
- O ACERWC solicita os Estados Partes a apresentar, nos seus relatórios, dados sobre medidas, programas, para a realização da Unidade Africana que estabeleceram para assistir as crianças no cumprimento das suas obrigações, tal como estipulado pelo Artigo 31;
- O ACERWC pode solicitar a implementação de algumas das obrigações contempladas no Artigo 31, como por exemplo o dever de promover a realização da unidade africana;
- O ACERWC pode promover a integração do Artigo 31 a níveis regionais em que as crianças podem participar no desenvolvimento de valores sociais, políticos e económicos evidentes na realização da unidade africana.

22. Após a apresentação foram realçados os seguintes aspectos:

- a) Os Estados devem tirar proveito do verdadeiro papel que as crianças podem desempenhar no seio da sua família e da comunidade;
- b) As crianças devem ser capazes de desempenhar um papel a nível nacional com vista a assumir as suas responsabilidades;
- c) As crianças devem receber uma formação e as suas capacidades devem ser melhoradas no sentido de lhes permitir participar activamente nas reuniões;
- d) O Artigo 31 da ACRWC deve ser revisto em conformidade com os outros Artigos da Carta.

Ponto 6 da Agenda: Relatório sobre a celebração do Dia da Criança Africana de 2007 e o tema para o DCA de Junho de 2009

23. Na apresentação do ponto, a Representante da UA informou os participantes que o tema para o Dia da Criança Africana (DCA) de Junho de 2007 foi comunicado a todos os Estados Membros da UA com a solicitação da apresentação dos relatórios sobre como esse dia foi programado nos seus respectivos países. No entanto, não foi recebido nenhum relatório. Ela acrescentou que a nível da Comissão da UA, o Presidente da Comissão emitiu uma declaração sobre o tema: "Luta Contra o Tráfico de Crianças ". Esta mensagem foi colocada no site da UA.

24. No debate que se seguiu, foram salientados os seguintes aspectos:

- a) Os Estados Membros devem ser sensibilizados sobre o tema do DCA. Devem ser elaboradas estratégias que podem influenciar a submissão dos seus relatórios;
- b) A Comissão da UA, ACERWC e seus parceiros devem empreender a promoção e a sensibilização sobre actividades relacionadas com o DCA de 2007;
- c) As ONGs e outras Organizações podem garantir o seguimento das celebrações do DCA com os Estados Membros a nível nacional e solicitá-los a enviar os seus relatórios à Comissão da União Africana;
- d) Um documento sobre o tema do DCA deve ser elaborado e enviado aos Estados Membros, quando se lhes comunica o tema;
- e) Realçou-se igualmente que, uma vez que a comemoração do DCA é realizada de forma diferente em cada país, apenas podiam ser

proporcionadas aos Estados as orientações sobre o que se espera deles.

25. No que diz respeito ao tema para o DCA de 2009, o Comité decidiu aguardar os resultados do Segundo Fórum Pan-Africano antes de apresentar qualquer proposta sobre o tema.

Ponto 7 da Agenda: Estado de implementação das recomendações da 9ª Reunião do ACERWC

26. A Representante da Comissão da UA apresentou o relatório e salientou as principais recomendações relacionadas com cada um dos pontos discutidos durante a 9ª Sessão do ACERWC. Ela frisou que muitas questões da nona sessão foram incluídas na Agenda da 10ª Reunião para acção de seguimento. Também informou os participantes que o relatório da nona sessão foi apresentado ao Conselho de Ministros da UA realizado em Acra, Gana, em Julho de 2007.

27. No que diz respeito à missão de sensibilização para a ratificação da Carta, ela explicou que além de Tunísia e República do Congo, os outros países, aos quais foram enviadas notas verbais sobre a missão, não responderam. Realçou que há necessidade de definição de estratégias para exortar os Estados Membros a responder à solicitação do Comité.

28. No debate subsequente, foram salientadas as seguintes questões:

- a) No que se refere à missão de sensibilização, decidiu-se que além da nota verbal enviada pela Comissão da UA sobre o assunto, o Presidente do Comité pode endereçar uma nota ao Ministério dos Negócios Estrangeiros explicando o objectivo da missão. A Comissão da UA deve clarificar o procedimento e assegurar o seguimento das questões com o Presidente do Comité;
- b) A missão de sensibilização deve ser seguida de perto mesmo nos Estados Membros que ratificaram a Carta Africana com vista a garantir o seguimento do relatório dos Estados Partes;
- c) Propôs-se que o Comité, em colaboração com o Secretariado, continue a dar seguimento à mobilização de recursos, porque alguns parceiros como UNICEF e Save the Children estão dispostos a apoiar o Comité na implementação das suas actividades;
- d) Quanto à questão da violência contra as crianças, evocou-se que durante a sua última sessão, o Comité propôs que o assunto fosse incluído na Agenda da Cimeira da UA. O Presidente explicou que levantou a questão mencionada durante a sua audiência com a Comissão da UA e que foi informado que não era possível incluir o ponto na Agenda da Cimeira de Gana, porque a Cimeira trataria de

pontos específicos. Por conseguinte, decidiu-se que o Comité devia fazer o seguimento da questão e colocá-la durante o Fórum.

Ponto 8 da Agenda: Preparação da Inter-Sessão do Comité para o Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança: Avaliação a Meio Percurso

29. O tema sobre a preparação da Inter-Sessão do Comité para o Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança – Avaliação a Meio Percurso, foi assunto de debate durante o qual os Membros do Comité decidiram aproveitar essa oportunidade para divulgar o Comité e as suas actividades.

30. Decidiu-se então que fosse feita uma apresentação de 30 minutos sobre o Comité e que o restante tempo fosse dedicado aos debates. O Presidente Zoungrana, tendo elaborado um relatório para o efeito, propôs a sua apresentação, que foi aceite. Primeiro, fez um relato cronológico sobre a elaboração da Carta antes de desenvolver as disposições sobre os direitos e o bem-estar da criança assim como sobre o Comité. Em seguida abordou as dificuldades encontradas pelo Comité antes de tirar conclusões sobre as perspectivas. Os outros membros do Comité fizeram emendas ao documento e propuseram ao Prof. Ebigbo Peter que ajudasse o Sr. Zoungrana na sua melhoria.

31. O Secretariado do Comité evocou que, durante o fórum, devem ser organizados painéis e que os membros do Comité foram identificados para desempenhar o papel de facilitadores. A reunião decidiu designar os seguintes membros para participar nos vários painéis:

- Prof. Peter Ebigbo: o painel sobre a Participação de jovens e crianças.
- Sr. Moussa Sissoko para o painel: Melhoria de oportunidades de vida.
- Sra Koffi Marie Chantal para o painel: Realização do direito à educação.
- Dr. Assefa Bequele para o painel: Realização do direito à protecção

Ponto 9 da Agenda: Análise do projecto de quadro da lista de Questões para a consideração dos Relatórios dos Estados Partes (elaborado pela Sra. Diakhate e Prof. Ebigbo)

32. A lista de questões foi examinada e dividida em três partes, nomeadamente: os dados gerais sobre o país ou contexto, as observações sobre o estado de implementação da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança e as observações por domínio específico. O documento foi adoptado com poucas emendas.

**Ponto 10 da Agenda: Preparação da pré-sessão para a análise dos
Relatórios dos Estados Partes**

33. As discussões sobre a preparação da pré-sessão para a análise dos Relatórios dos Estados Partes incidiram sobre o procedimento a seguir e a composição dos grupos.

34. Quanto ao procedimento a seguir, os membros do Comité decidiram convocar a pré-sessão antes da 11ª Sessão Ordinária do Comité, mais precisamente em Fevereiro. Durante esta pré-sessão, quatro relatórios devem ser analisados e que são do Egipto, Ruanda, Maurícias e Nigéria; relativamente aos outros relatórios recebidos e ainda não traduzidos, serão remetidos para uma outra pré-sessão.

35. Esta pré-sessão será constituída não só pelos Membros do Comité mas também pelos representantes de organizações internacionais e regionais interessadas no assunto, bem como ONGs que estão a intervir no domínio e especialistas escolhidos pelo Comité. Neste sentido, foram formados os seguintes grupos:

- Relatório apresentado por Maurícias: Sra. Pholo Momembessi, Professor Ebigbo Peter, Sr. Zoungrana Jean Batiste;
- Relatório de Ruanda: Sra. Koffi Marie Chantal, Sr. Moussa Sissoko e Sra. Dawlat Hassan;
- Relatório de Egipto: Sra. Polo Napka, Sra. Diaakhate Seynabou e Sra. Seilthamo;
- Relatório de Nigéria: Dr. Assefa Bekele, Sra. Koome Martha

36. A Comissão da União Africana contactará as organizações internacionais e regionais solicitando a designação dos seus representantes, enquanto que em relação às ONGs, o Sr. Moussa Sissoko, Dr. Assefa Bequele e Sr. Peter Ebigbo respectivamente membros de CONGAG, Política sobre Direitos das Crianças e ANPPCAN farão consultas entre si rapidamente para a designação dos representantes na pré-sessão.

37. No que diz respeito ao número de participantes por grupo, decidiu-se que cada um deles seria constituído por um número máximo de 9 pessoas por razões de eficiência.

38. Quanto ao financiamento desta actividade, os parceiros devem ser convidados a contribuir na sua realização.

Ponto 11 da Agenda: Análise do Plano de Acção do Comité (2005-2009), actividades prioritárias para 2008 e mobilização de recursos

39. O Comité analisou o Plano de Acção para o período 2005-2009 e identificou as actividades prioritárias a ser realizadas em 2008. Durante a identificação das actividades, foram salientadas as seguintes questões:

- a) Realçou-se que era importante que o Comité realizasse missões de investigação sobre casos de violação dos Direitos da Criança juntamente com a sua missão. Além das missões, o Comité pode obter informação de outras fontes e missões de sensibilização para a ratificação da Carta devem também ser levadas a cabo;
- b) Propôs-se que seja elaborado um relatório sobre o ACERWC. Este relatório explicará como e quando o Comité foi criado, o seu mandato, o que conseguiu até agora e as suas futuras actividades. O relatório pode ser actualizado periodicamente;
- c) No que diz respeito à colaboração entre o ACERWC e o Comité das NU sobre os Direitos da Criança, a reunião foi informada que o Comité Africano foi convidado para uma reunião organizada pelo Comité das NU em Burkina Faso no início de Novembro de 2007. Os Membros Francófonos do Comité participariam nessa reunião. Foi também dada a informação que o CDC (Comité dos Direitos da Criança) das NU estava disposto a colaborar e a apoiar o ACERWC e que um documento tinha sido elaborado pelo Sr. Jaap Doek para esse efeito.

A proposta desta colaboração com o CDC das NU foi aceite; contudo, não foi clarificado que isso não deve comprometer o mandato específico de ACERWC, que é fazer o seguimento das questões que se restringem à África;

- d) Quanto à mobilização de recursos, decidiu-se que o Grupo de Trabalho, que foi criado durante a oitava sessão para fazer o seguimento dessa questão, deve elaborar os Termos de Referência em colaboração com o Secretariado;
- e) Finalmente, decidiu-se que o Presidente, o Relator e o Secretariado devem finalizar o Plano de Acção para 2008 e elaborar as modalidades para a mobilização de recursos para a sua implementação. A este respeito, o Comité informou a reunião que o Parlamento Pan-Africano estava disposto a colaborar com o ACERWC e a financiar algumas das suas actividades.

Ponto 12 da Agenda: Diversos

a) Organização do Secretariado de ACERWC

40. No que se refere ao tema da organização do Secretariado do Comité, observou-se que um dos constrangimentos que o Comité enfrentou foi a inexistência de um Secretariado. A actual designação de um Secretário será uma grande contribuição para as actividades do Comité, desde que sejam estabelecidos os documentos básicos. Então, o recrutamento do complemento do pessoal deve prosseguir.

41. Continuaram os debates sobre um quadro geral, nomeadamente o funcionamento do Comité, que é dificultado pela falta de recursos. Os Membros do Comité lamentaram o facto de nunca terem sido associados à elaboração do orçamento do Comité. Reconheceu-se que isso se deve à não clarificação da situação do Comité. Lamentaram o tratamento reservado ao Comité em comparação com outras instituições da União Africana e confirmaram a necessidade de esclarecer essa situação rapidamente.

42. O Sr. Zoungrana frisou que o Presidente da Comissão da União Africana confirmou, durante o seu encontro, que a Auditoria Geral da Comissão da UA tomará em consideração os problemas do Comité; conseqüentemente, o representante da UA informou os participantes que a auditoria está a prosseguir. Devido à urgência, os Membros do Comité pediram ao Sr. Zoungrana que enviasse imediatamente uma carta ao Presidente da Comissão da União Africana para lhe lembrar do seu compromisso de levar em conta os problemas do Comité na auditoria.

b) Proposta de Seminário sobre o Reforço de Capacidades dos Membros do Comité na Resolução de Conflitos

43. O Presidente informou a reunião que o Centro para a resolução de conflitos organizou, para os Membros do Comité, um Seminário que seria realizado em Dakar de 25 a 29 de Novembro de 2007. Acrescentou que um projecto de documento e um Programa lhe foram enviados para esse feito.

44. Durante o debate foi realçado que:

- a) A resolução de conflitos não se incluía no mandato do Comité. Por conseguinte, foi proposto que o título do Seminário fosse mudado para “Reforço de Capacidades dos Membros do Comité em Questões de Protecção da Criança nas Situações de Conflito” ;
- b) Alguns Membros do Comité anunciaram que não poderiam participar no Seminário durante esse período. Foram feitas duas propostas sobre as datas do Seminário:
 - 4 – 7 de Dezembro de 2007; ou
 - 22 - 25 de Janeiro de 2008

c) Prémio da UA de 2008 sobre os Defensores das Crianças

45. O Representante da Comissão da UA evocou que por ocasião da nona reunião foi decidida a atribuição de um prémio, de dois em dois anos, para os defensores das crianças. Contudo, o Comité não estabeleceu as modalidades que devem ser seguidas. Havia necessidade de o Comité reflectir sobre a questão e apresentar propostas concretas.

46. No debate que se seguiu, foram salientadas as seguintes questões:

- a) O Comité tinha tomado parte no Primeiro Prémio da UA em que foram enfrentados vários constrangimentos e problemas. Daí a necessidade de preparar de forma adequada o próximo prémio;
- b) Deve ser elaborado um documento explicando como foi realizado o evento do Primeiro Prémio bem como os problemas encontrados;
- c) Decidiu-se que o próximo Prémio deve ser atribuído a uma organização que lida com a defesa e promoção do direito da criança e que o Prémio não deve ser relacionado com um tema;
- d) O Secretariado foi solicitado a apresentar propostas sobre este assunto.

Ponto 13 da Agenda: Adopção do Projecto de Relatório

47 No final das deliberações o relator apresentou um relatório geral, que foi adoptado com poucas emendas tomadas em consideração no presente relatório.

Ponto 14 da Agenda: Encerramento

48. Como a Agenda foi completamente analisada, o Presidente do Comité exprimiu os seus agradecimentos à Adv Bience Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais pela sua participação na cerimónia de encerramento da 10ª Sessão de ACERWC e pediu-lhe que fosse a porta-voz do Comité na Comissão da UA. Agradeceu igualmente a todos os Membros do Comité pela sua diligência e participação activa que permitiram o sucesso dos trabalhos. Depois agradeceu aos parceiros pelo interesse demonstrado ao Comité antes de passar a palavra à Comissária para o Discurso de Encerramento.

49. A Adv Gawanas, Bience, Comissária para os Assuntos Sociais exprimiu a sua satisfação pela realização da 10ª Sessão do Comité logo após o 2º Fórum Pan-Africano sobre o futuro das crianças. Especificou que este fórum permitiria que o Comité aperfeiçoasse as suas acções em prol das crianças. Ela acrescentou igualmente que as conclusões deste fórum seriam apresentadas durante a Cimeira Especial das NU sobre a Criança. Para

concluir, a Comissária agradeceu aos membros do Comité pelo trabalho realizado e ao Sr. Zoungrana, Jean-Baptiste pela sua seriedade no desempenho das suas funções como Presidente. Também agradeceu aos parceiros pelo seu apoio e assegurou aos Membros do Comité a sua disponibilidade de ser a porta-voz no seio da Comissão da União Africana.

**10ª REUNIÃO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS
SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA
25 –27 DE OUTUBRO DE 2007
Hotel Ramsis HILTON, CAIRO, EGIPTO**

AGENDA

1.	<p>Cerimónia de Abertura:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Discurso pela Comissão da União Africana ➤ Discurso pelo Presidente do Comité 	
2.	<p>Questões Processuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Consulta entre os Membros do Comité ➤ Eleição da Mesa ➤ Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho 	
3.	Breves Apresentações pelos Parceiros	
4.	Apresentação sobre a Harmonização de Leis sobre a Criança pelo Fórum Africano de Políticas sobre a Criança (ACPF)	
5.	Descrição geral do «Artigo 31 da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança» pelo Centro Jurídico Comunitário da Universidade de Western Cape, Africa do Sul	
6.	Relatório sobre a celebração do Dia da Criança Africana de 2007 e o tema para o DCA de Junho de 2009	
7.	Estado de implementação das recomendações da 9ª Reunião do ACERWC	
8.	Preparação da Inter-Sessão do Comité para o Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança: Avaliação a Meio Percurso	
9.	Análise do projecto de quadro da lista de questões para a consideração dos Relatórios dos Estados Partes (elaborado pela Sra. Diakhate e Prof. Ebigbo)	
10.	Preparação da pré-sessão para a análise dos Relatórios dos Estados Partes	
11.	Análise do Plano de Acção do Comité (2005-2009): Actividades prioritárias para 2008 e mobilização de recursos	
12.	<p>Diversos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Organização do Secretariado de ACERWC; -Proposta de Seminário sobre o reforço de capacidades dos Membros do Comité sobre resolução de conflitos; -Prémio da UA de 2008 sobre Defensores das Crianças 	
13.	Adopção do Projecto de Relatório	
14.	Encerramento	

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 00251 11 5517 700 Fax : 00251 11 5517844

www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
13ª Sessão Ordinária
24 – 28 de Junho de 2008
SHARM-EL-SHEIKH - EGIPTO

EX.CL/447 (XIII)
Anexo 2

RELATÓRIO DA DÉCIMA-PRIMEIRA (11ª) REUNIÃO DO COMITÉ
AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA
CRIANÇA (CAPDBC/ACERWC)

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: 00251-11-5517700 Cable: AU, ADDIS ABABA
Website: www.africa-union.org

**RELATÓRIO DA DÉCIMA PRIMEIRA (11ª) REUNIÃO DO COMITÉ
AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA
CRIANÇA (CAPDBC/ACERWC)
26 - 28 DE MAIO DE 2008, ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

RELATÓRIO DA DÉCIMA PRIMEIRA (11ª) REUNIÃO DO COMITÉ AFRICANO DE PERITOS SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA (CAPDBC/ACERWC)
26 - 28 DE MAIO DE 2008, ADIS ABEBA, ETIÓPIA

I. INTRODUÇÃO

1. A 11ª Reunião do Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da criança teve lugar no Centro de Conferências da UA, em Adis Abeba, Etiópia, de 26 à 28 de Maio de 2008.

II. PRESENCAS

2. Oito Membros do Comité, a Embaixada da Costa do Marfim, a do Burundi, a COMESA, bem como representantes de organizações que lidam com questões relacionadas com crianças, o UNICEF, o ACNUR, o Escritório Regional dos Direitos Humanos das NU (OHCHR), a Organização Internacional para a Migração (OIM), o PMA, a Visão Mundial, o Fórum Africano da Política sobre a Criança, o Instituto dos Direitos Humanos e Desenvolvimento em África, Plan International, Save the Children – Suécia, a Coligação Nacional das associações de Crianças e ONGs (CONAFE – Senegal), o Centro do Direito Comunitário da Universidade do Cabo Ocidental, a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), Coligação para o Fim do Uso das Crianças Soldado e a Rede Africana de Prevenção e Protecção Contra o Abuso de Crianças RAPPAC /ANPPCAN.

PONTO 1: CERIMÓNIA DE ABERTURA

a) Discurso de Abertura proferido pela Comissária dos Assuntos Sociais da União Africana (UA)

3. No seu discurso de abertura, S.Excia. Bience Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais, desejou boas-vindas aos Membros do Comité e aos participantes. Ela recordou que o Comité Africano dos Peritos sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança foi criado dentro do quadro da carta Africana sobre os Direitos da Criança para garantir a promoção dos direitos da criança. Ela indicou que desde o seu início o Comité levou a cabo um número de iniciativas e que o Comité brevemente começará a considerar os relatórios das partes Estatais. Ela referiu que a primeira pré-sessão para analisar os relatórios das partes Estatais teria lugar a seguir a 11ª Sessão do CAPDBC / ACERWC e apelou aos Membros do Comité para que garantam o seu sucesso.

4. Referindo-se à agenda da 11ª Sessão, a Comissária sublinhou os itens importantes a serem debatidos, tais como o tema do Dia da Criança Africana, o orçamento do Comité para 2009 e o Plano de Acção para 2010-2015. Ela indicou que o Comité apresentará um orçamento que seja realístico e implementável.

5. Ela recordou aos Membros do Comité que eles tinham a responsabilidade de garantir que as crianças tenham uma vida feliz, assegurando a implementação das cláusulas da Carta Africana. Ela acrescentou que foi no mesmo espírito que o Apelo

sobre uma Acção Acelerada na Direcção de uma África Apta para Crianças foi adoptado. Ela recordou que o Apelo atribui responsabilidades a todos os intervenientes, incluindo ao Comité. O Apelo deve, por isso, servir como documento de referência para o Comité.

6. Em conclusão, ela indicou que o resultado da 11ª Sessão seria submetido à 13ª Sessão do Conselho Executivo da UA, que se reunirá no Egipto em Junho de 2008. Em seguida, ela agradeceu aos quatro Membros do Comité, cujos mandatos terminam em Julho de 2008, nomeadamente, Sr. Zoungrana, Prof. Doutor Ebigbo, Dr. Bequele e Srª Polo. Ela agradeceu a eles pelos serviços prestados ao Comité e às crianças Africanas, tendo afirmado que eles serão chamados caso haja necessidade. Mais adiante ela afirmou os nomes deles seriam gravados nos registos do Comité e no Departamento dos Assuntos Sociais. Finalmente, ela desejou que a reunião tivesse sucesso nas suas deliberações.

(b) Discurso do Presidente do Comité

7. No seu discurso de abertura, o Sr Zoungrana Jean-Baptiste, Presidente do Comité, em primeiro lugar expressou a sua gratidão à Comissário dos Assuntos Sociais pela sua brilhante reeleição, e agradeceu aos participantes por terem aceite o convite.

8. Ele observou que a reunião era o seguimento do Fórum Pan-Africano realizado em Cairo, que adoptou o Apelo sobre a Acção Acelerada sobre a Posição Comum em relação a « África Apta para Crianças », e que seria importante que cada pessoa honrasse os seus compromissos.

9. Ele depois recordou o contexto em que a 11ª Sessão se realizava, particularmente as situações de conflito em alguns países Africanos e a crise resultante do encarecimento do custo da vida, cujas consequências têm impacto nas crianças.

10. O Sr Zoungrana Jean Baptiste, porém, sublinhou os aspectos positivos do contexto desfavorável. Estes incluem a realização do Segundo Colóquio Internacional sobre a Justiça relacionada com o Género, organizado pelo Governo Etíope e pelo UNICEF, e a Terceira Conferência sobre a Criança Africana, organizada pelo Fórum da Política sobre a Criança Africana sobre a Pobreza da criança em África, cujos organizadores ela elogiou pelo seu compromisso a favor da criança Africana. Ele também recordou o lançamento, a 11 de Maio de 2008, por cerca de 200 organizações, do Movimento Pan-Africano sobre a Criança.

11. Em conclusão, o Presidente informou aos participantes que o seu mandato terminaria a 8 de Julho de 2008, o mesmo se aplicava aos mandatos do Dr. Peter Ebigbo, da Nigéria, Dr. Assefa Bequele, da Etiópia, e da Srª Nakpa Polo, do Togo. Ele expressou a sua satisfação pelos resultados alcançados, e agradeceu a UA por toda a assistência e facilidades a ele concedidas durante o seu mandato. Ele, finalmente, convidou os membros a analisarem meticulosamente os itens da agenda, e desejou sucesso total nas deliberações.

PONTO 2: CONSULTAS ENTRE OS MEMBROS DO COMITÉ (Sessão fechada)

12. A seguir a cerimónia de abertura, os Membros do Comité reuniram-se em cimeira para debater questões urgentes. O debate em que o Comissário participou cobriu três pontos:

- Eleição dos membros do Bureau: neste Ponto, foram apresentados certos constrangimentos, tais como a ausência nesta sessão de 4 Membros do Comité e a impossibilidade da reeleição dos 3 membros presentes, cujos mandatos terminarão brevemente. Dada a situação, os Membros do Comité decidiram que, para a presente sessão, só o Presidente, o 1º Vice-Presidente e o Relator seriam eleitos por um mandato de dois anos. Os outros membros do Bureau seriam eleitos na 12ª Sessão com a chegada dos novos membros;
- Colaboração com o Comité das NU sobre os Direitos da Criança: Os Membros do Comité acordaram em tratar esta questão como um ponto da agenda;
- Organização de uma pré-sessão de análise dos relatórios: os Membros do Comité acordaram igualmente em tratar esta questão como um ponto da agenda.

PONTO 3: QUESTÕES PROCEDIMENTAIS

(a) Adopção da agenda e do Programa de Trabalho

13. A Prof Doutora Julia Slot, que devia ter feito uma apresentação sobre « o *Melhor Interesse da Criança* » desculpou-se pelo constrangimento enfrentado à última hora e, sendo assim, a apresentação do documento foi cancelada e substituída por outra apresentação sobre o Apelo à Acção Acelerada na direcção de uma « *África Apta para Crianças* ».

14. Outros itens foram propostos, e inclusa a cooperação com o Comité das NU sobre os Direitos da Criança e a organização de uma pré-sessão.

15. O Presidente apresentou a agenda e o programa de trabalho, que foram aprovados sujeitos às seguintes emendas.

(b) Organização do Trabalho:

16. O Comité acordou conduzir as suas deliberações como a seguir se indica:

- O primeiro em sessão aberta
- O segundo dia em sessão fechada

PONTO 4: APRESENTAÇÃO DE INFORMES PELOS PARCEIROS E DEBATE

17. A reunião ouviu apresentações de informes dos seguintes parceiros: Instituto dos Direitos Humanos e Desenvolvimento em África, Plan International, Save the Children - Suécia, Coligação para o Fim do Uso de Crianças Soldado,

CONAFE – Senegal, ANPPCAN, World Vision, Fórum da Política sobre a Criança Africana, Centro do Direito Comunitário , OIM, ACNUR, COMESA, UNICEF, PMA, e IFHR. Todos eles:

- Agradeceram ao Comité por tê-los convidado para participar da reunião;
- Recordaram a cooperação que existe entre as suas organizações / instituições e a Comissão da União Africana;
- Deram um informe sobre a estrutura e o mandato das suas organizações / instituições;
- Informaram à reunião sobre as actividades realizadas pelas suas organizações / instituições na promoção dos direitos e do bem-estar das crianças;
- Expressaram a sua vontade de continuar a trabalhar em estreita colaboração com o Comité e de apoiar as suas actividades;
- Alguns deles expressaram a vontade de ter Estatuto de Observador no Comité, nomeadamente o Instituto dos Direitos Humanos e Desenvolvimento em África e a Save the Children-Suécia.

PONTO 5: APRESENTAÇÃO: “OS DEZ ANOS DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DAS NU”

18. O Sr. Patrice Vahard, Acessor Regional dos Direitos Humanos (Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos) fez uma apresentação sobre ‘Os Dez Anos do Programa de Capacitação das NU’. Em resumo, a apresentação deu enfoque sobre: a parceria entre a União Africana e as NU, olhando para o quadro da cooperação entre as duas organizações e a estratégia de capacitação como guião do apoio das NU à União Africana, a abordagem de Grupo das NU para garantir uma resposta integrada e temática, e a promoção dos direitos das crianças como uma questão transversal chave.

19. A seguir a apresentação houve debates. Os principais pontos destacados nos debates eram de que o Comité precisa de continuar a trabalhar no sentido de melhorar o bem-estar das crianças em África, tomando em consideração a importância de integrar outras questões transversais que afectam as vidas das crianças Africanas. O Comité continuará a debater questões comuns com organizações parceiras de forma a melhorar o seu trabalho e ver como elas podem ser envolvidas na próxima avaliação de 2009 a ser levada a cabo em diferentes países Africanos pelo Conselho dos Direitos Humanos das NU. Para além disso, o Comité tomará nota de todas as questões levantadas nesta 11ª sessão e tomará em consideração as actividades dos dez anos do programa de capacitação de modo que possam desempenhar um papel activo na promoção dos direitos das crianças.

20. Foi sublinhado que o papel das Comunidades Económicas Regionais é vital na coordenação dos programas nos seus países de operação; elas podem maximizar os recursos que têm para trabalhar no sentido de alcançar avanços rápidos nas suas actividades de desenvolvimento. As organizações da sociedade civil são também

particularmente essenciais no processo de ajuda às comunidades Africanas para sejam proactivas na moldagem das políticas, que afectam as suas vidas. Nada se alcança com sucesso, a não ser que os beneficiários estejam envolvidos na definição das suas próprias necessidades e requisitos.

21. É crucial que as organizações da sociedade civil, agências (doadores, agências humanitárias etc.) e organizações bilaterais encontrem formas de juntar os seus recursos para trabalhar para uma agenda sobre os direitos humanos e outras questões de forma a garantir o alcance efectivo dos objectivos.

PONTO 6: APRESENTAÇÃO SOBRE O : “Apelo para uma Acção Acelerada na Implementação do Plano de Acção Conducente à África Apta para Crianças”

22. O Apelo para uma Acção Acelerada sobre a Implementação do Plano de Acção Conducente à África Apta para Crianças foi apresentado pela Representante da Comissão da UA. Ela recordou o processo que conduziu à adopção do Apelo para a Acção Acelerada Ela referiu-se ao Primeiro Fórum Pan-Africano sobre a Criança que teve lugar no Cairo, Egipto, em 2001, cujo resultado foi a Declaração e o Plano de Acção de África Apta para Crianças. Ela indicou que a África Apta para Crianças era a contribuição de África para a Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança, realizada em Maio de 2002. Ele destacou que o Segundo Fórum Pan-Africano sobre a Criança teve lugar em Cairo, Egipto, em Outubro / Novembro de 2007, no cumprimento do mandato dado à Comissão da UA no Plano de Acção da África Apta para Crianças, bem como uma Decisão tomada pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos em 2005. Ela recordou que o objectivo principal do Fórum era de rever e avaliar o progresso alcançado pelos Estados Membros na implementação dos compromissos assumidos na Declaração e no Plano de Acção da África Apta para Crianças.

23. Ela sublinhou que o Apelo para a Acção Acelerada é uma reafirmação da necessidade de atingir as metas definidas no Plano de Acção de 2001. A este respeito, o Apelo dá enfoque aos tópicos prioritários, nomeadamente: Quadro Legislativo e Político; Quadro Institucional; Mobilização e Optimização dos Recursos; Melhoria das Oportunidades da Vida; Combater o VIH e SIDA, Garantir o Direito à Educação; Garantir o Direito à Protecção; e Garantir o Direito à Participação e identifica as acções prioritárias em cada tópico. A apresentadora indicou que o valor acrescentado do Apelo foi de que ele apresenta o quadro de monitoria e avaliação, bem como define os papeis e as responsabilidades da Comissão da UA, dos Estados Membros, e do Comité dos Peritos Africanos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, bem como de todos os outros intervenientes. Ela apelou a Comissão da UA e ao Comité Africano para implementar o Plano de Acção de 2001 e o Apelo para a Acção Acelerada.

24. Finalmente, ela informou à reunião que o Apelo para a Acção Acelerada foi aprovado pelo Conselho Executivo e pela Assembleia dos Chefes de estado e de Governo em Janeiro / Fevereiro de 2008 e foi enviado a todos os Estados Membros e aos parceiros de desenvolvimento. O Apelo foi igualmente apresentado à Reunião Plenária Comemorativa de Alto Nível da Assembleia Geral das NU, realizada em Nova Iorque, em Dezembro de 2007 como contribuição de África.

25. No debate que se seguiu, os seguintes pontos foram levantados:
- a) Em linha com o Plano de Acção e com o Apelo para a África Apta para Crianças, o Governo da Nigéria tomou medidas para desenvolver uma Nigéria Apta para Crianças;
 - b) Há necessidade de os Governos serem orientados pelo Apelo à Acção Acelerada ao desenvolver os seus programas nacionais sobre crianças;
 - c) O Comité deve capitalizar, tanto quanto possível, os conhecimentos dos parceiros sobre desenvolvimento na implementação do Apelo;
 - d) Há necessidade do Comité identificar as áreas prioritárias e incluí-las no seu Plano de Acção de 2010 -2015;
 - e) O Comité precisa de entrar em acção urgentemente, precisa igualmente de identificar o processo de avaliação e monitoria e as acções necessárias para cada tópico. Para além disso, as histórias de sucesso devem ser identificadas e disseminadas tão amplamente quanto possível;
 - f) Houve falta de informação sobre a Carta Africana e sobre o Comité. Foi, por isso, necessário trabalhar em colaboração com ONGs e com OSCs de forma a torná-las mais conhecidas;
 - g) A advocacia e a consciencialização foram importantes na implementação do Plano de Acção e do Apelo. No processo, o Comité deve fazer uso de todos os meios e actores;
 - h) Os Governos devem prestar contas, as OSCs, ONGs e outros intervenientes devem ser utilizados para pressionar os Governos na implementação do Plano de Acção e do Apelo;
 - i) Para os Estados Membros não foi suficiente ratificar a Carta Africana, eles deviam também domesticá-la;
 - j) O Comité deve incluir o Apelo no sistema de prestação de relatórios. As Partes do Estado devem ser igualmente solicitadas a apresentar relatórios sobre a implementação dos compromissos assumidos no Apelo para a Acção Acelerada;
 - k) De forma a sensibilizar os Governos e criar um impacto, as questões sobre crianças devem ser debatidas ao nível mais alto. É por isso necessário incluir um Ponto sobre crianças na Agenda da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governos da UA;
 - l) A Comissão da UA deve estar mais comprometida com as questões sobre crianças.

**PONTO 7: SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA
10ª REUNIÃO CAPDBC / ACERWC (Sessão Fechada)**

26. A Secretária do Comité apresentou um documento sobre a situação da implementação das seguintes recomendações adoptadas na 10ª Sessão:

(a) **Organização da 1ª pré-sessão para analisar os relatórios das Partes do Estado** (Egipto, Nigéria, Maurícias e Ruanda) os preparativos foram concluídos, e a pré-sessão terá lugar de 29 à 31 de Maio de 2008, logo a seguir a 11ª Sessão.

(b) **Implementação das actividades adoptadas para 2008**

- Preparação de um estudo sobre o Comité destacando a sua criação, mandato e actividades. Neste Ponto, o Secretário sugeriu que fosse consultado o Centro do Direito Comunitário que colabora com o Comité e que já tinha conduzido pesquisas sobre este tópico;
- Missões de investigação dos casos de violação dos direitos da criança e de ratificação da Carta: o Secretário explicou que o orçamento locado pela Comissão não possibilita que estas missões sejam conduzidas, embora contactos tenham sido feitos com parceiros tais como o UNICEF para o financiamento destas actividades;
- No concernente à mobilização de recursos, a Comissão disponibilizou um valor total de 180,000\$ ao Comité para financiar as suas actividades e 2 das suas sessões, mas este montante não cobre as referidas actividades. Para ultrapassar esta escassez de recursos financeiros, foram feitos contactos com alguns parceiros que prometeram financiar certas actividades. As possibilidades de financiamento estão também sendo exploradas com base no acordo de parceria União Africana – União Europeia;
- Preparação de um plano de trabalho anual para 2008: o documento foi preparado e apresentado aos parceiros tais como UNICEF, Plan International, Save the Children e o Programa dos Dez Anos de Capacitação da UA pelas NU;
- Colaboração com o Comité das NU sobre os Direitos da Criança: esta actividade não implementada por causa da insuficiência do orçamento locado ao Comité. UNICEF foi contacto e mostrou ter interesse na questão;

(c) Consideração do Comité com base na Auditoria da UA:

- Como acordado, o Presidente do Comité enviou email ao Presidente da Comissão. Apesar disso, o relatório não tomou em consideração as preocupações do Comité. Observações escritas foram enviadas antes da sessão extraordinária do Conselho Executivo realizado em Arusha, em que o Presidente do Comité não participou porque não recebeu o bilhete de passagem aérea a tempo. Os membros do Comité, mais uma vez, reiteraram o seu desejo de o Comité ser tomado em consideração pela auditoria da UA.

(d) Prémio da UA para os Defensores das Crianças em 2008:

- A 10ª Sessão recomendou que os organizadores apresentassem um relatório sobre os obstáculos enfrentados na 1ª Sessão. A Secretária observou que o relatório ainda não tinha sido enviado para ela;
- Os Membros do Comité tomaram nota da implementação destas recomendações e fizeram propostas sobre a melhoria dos serviços do Secretariado de forma que possa preparar melhor as missões e as reuniões em que tenham que participar.

PONTO 8: DEBATE SOBRE O ORÇAMENTO DO COMITÉ

27. Para ser capaz de ter recursos suficientes para o cumprimento da sua missão, o Comité expressou o desejo de ter um orçamento autónomo como acontece com as outras instituições da Comissão da UA.

a) Implementação do Plano de Trabalho de 2008:

28. A Secretária fez uma apresentação sobre o orçamento alocado ao programa destacando as actividades seleccionadas, o seu cumprimento e a fonte de financiamento (UA ou parceiros). Ela recordou que a Comissão da UA tinha alocado um valor de \$180,000.00\$ ao Comité para o ano de 2008. A Organização desta sessão e da pré-sessão custa 70,000.00\$. Considerando os recursos financeiros limitados disponíveis, os membros do Comité têm que seleccionar as actividades prioritárias a serem financiadas pelo orçamento *adicional* da Comissão da UA.

29. Os membros deploraram os recursos financeiros limitados alocados ao Comité e propuseram que os parceiros deviam ser apelados a financiar as suas actividades. Depois dos debates, o Comité decidiu priorizar as seguintes actividades:

- organização da 12ª sessão do Comité;
- missões oficiais dos membros do Comité;
- realização de uma missão de feitura de corredores / lobbying para a ratificação da Carta na República Democrática do Congo.

b) Preparação do orçamento para 2009

30. O Comité decidiu transportar para 2009 as actividades planificadas para o programa de trabalho de 2008, a excepção do curso de formação para a Secretária do Comité programada para este ano. Ao transferir as actividades, as não implementadas em 2008 serão dadas prioridade. O Comité decidiu tomar em consideração o Apelo para a Acção Acelerada na Implementação do Plano de Acção Conducente à África Apta para Crianças ao implementar estas actividades.

c) Preparação do Plano de Acção para 2010-2015

31. A Sr^a Diakhaté Seynabou, o Sr. Moussa Sissoko, e Sr^a Cisse Mariama foram designadas para preparar a proposta do plano de acção para 2010-2015 a ser apresentado na 12^a ou 13^a sessão do Comité, dependendo do estado de conclusão. O Apelo para Acção Acelerada será também tomado em consideração na preparação do Plano de Acção.

PONTO 9: TEMA DO DIA DA CRIANÇA AFRICANA

32. Vários temas foram propostos pelos Membros do Comité que, finalmente, acordaram por consenso no Apelo para a Acção Acelerada Conducente à África Apta para Crianças. Do mesmo modo, o tema adoptado para o Dia da Criança Africana em 2009 será intitulado: **África Apta para Crianças: Apelo para Acção Acelerada sobre a sua Sobrevivência.**

PONTO 10: PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÉ EM REUNIÕES INTERNACIONAIS (Sessão Fechada)

33. O Presidente começou por mencionar que os Membros do Comité precisam de ter informação atempada sobre a participação em reuniões internacionais de forma que eles possam preparar adequadamente a sua participação. Foi enfatizado que seria útil para os membros do Comité participar em reuniões internacionais sobre os direitos da criança, particularmente reuniões e conferências organizadas pelas NU porque seria uma grande aprendizagem e experiência de partilha de informação. Os Membros deviam prestar informação oficial sobre as reuniões aos outros membros do Comité.

34. Ele prosseguiu dizendo que a representação do Presidente do Comité como membro do conselho do Fórum da Política sobre a Criança Africana (ACPF) é um benefício do Comité porque o fórum é uma arena importante para a interacção do Comité com as organizações da sociedade civil.

35. Foi levantado um ponto sobre o papel do Presidente do Comité no Conselho do Fórum da Política sobre a Criança Africana.

36. Foi depois explicado que a ACPF é um centro de política e advocacia que lida com pesquisa em política sobre os direitos e o bem-estar da criança e segue três princípios: universalismo, internacionalismo e Pan-Africanismo. O trabalho da ACPF

é orientado pela Convenção das NU sobre os Direitos da Criança e pela Carta Africana. A ACPF é constituída por membros internacionais (Plan International, União Africana, Save the Children etc.) e membros individuais; a ACPF consiste no Presidente da Convenção sobre os Direitos da Criança e o Presidente da Carta Africana ou mandatários como membros do conselho da ACPF para que o trabalho do fórum seja continuamente orientado para corporizar os valores da Convenção das NU e da Carta Africana.

37. Foi notado que até agora, o relacionamento do Comité com a ACPF tem sido positivo e construtivo e não ocorreu nenhum conflito de interesse.

38. Houve uma objecção em relação à filiação a membro do Presidente do Comité no comité da ACPF e a filiação a membro do Comité pelo Director da ACPF. Foi destacado que esta situação não era ética e podia causar problemas com as duas partes a influenciarem as suas decisões.

39. Foi também mencionado que, embora a questão de filiação a membro do comité da ACPF pelo Presidente do Comité tivesse sido inicialmente debatida com os membros do Comité, não há conflito de interesse ou problema porque a colaboração com a ACPF é complementar ao trabalho do Comité e acresce valor à ele.

40. Foi concluído que, a não ser que exista um artigo nas Regras de Procedimento do Comité, que proíba a participação do Presidente no comité da ACPF, o novo Presidente eleito continuará a participar.

PONTO 11: ORGANIZAÇÃO DA PRÉ-SESSÃO PARA ANALISAR OS RELATÓRIOS DAS PARTES DO ESTADO

41. A seguir aos debates, os Membros do Comité decidiram organizar uma sessão de trabalho na manhã do dia 28 de Maio de 2008 para troca e harmonização de observações e comentários sobre os vários relatórios e para permitir que o relator pudesse concluir o relatório.

PONTO 12: COLABORAÇÃO COM O COMITÉ DAS NU SOBRE O DIREITOS DA CRIANÇA

42. O Presidente do Comité recordou o documento apresentado pelo Sr. Mr. Jaap Doeck sobre a colaboração entre os dois Comités e a reunião organizada em Ouagadougou pelo Comité das NU sobre o seguimento das suas recomendações, em que participaram alguns membros da CAPDBC / ACERWC. Ele depois informou ao Comité sobre a reunião que teve com o Presidente do Comité das NU durante a reunião do Fórum da Política da Criança Africana realizada em Adis Abeba em Maio de 2008. A reunião foi uma ocasião para reiterar a necessidade de tal colaboração.

43. Durante os debates sobre a questão, os membros do Comité apreciaram a colaboração entre as duas instituições e solicitaram que fosse criado um quadro para o efeito. O bureau foi atribuído a tarefa de preparar os termos de referência a serem analisados com o bureau do Comité das NU.

PONTO 13: RECOMENDAÇÕES

44. Depois dos debates, o Comité adoptou as seguintes recomendações:

- Providenciar os recursos necessários ao Comité para permitir que possa cumprir com a sua missão convenientemente;
- Elevar o estatuto do Comité;
- Locar um orçamento autónomo e adequado ao Comité;
- Dar maior visibilidade ao Comité;
- Encorajar as crianças a participar nas actividades do Comité;
- Encorajar os Estados a ratificar a Carta e a apresentar os relatórios em conformidade com as cláusulas da Carta;
- Popularizar a Carta como é feito com a Convenção das NU sobre os Direitos da Criança;
- Organizar uma Cimeira Africana sobre a Criança.

PONTO 14: ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO BUREAU:

45. Como acordado, os membros do Comité elegeram três membros do bureau. Os recém-eleitos membros são:

- Presidente: Sr^a. Diakhaté Seynabou
- Vice-Presidente: Sr^a Koffi Marie Chantal Appoh
- Relator: Sr^a Boipelo Lucia Seiltamo

PONTO 15: DIVERSOS

46. As seguintes questões foram levantadas com base neste ponto:

- O Sr. Moussa Sissoko apresentou os termos de referência para a organização de um Fórum das ONGs sobre as questões relacionadas com as crianças. A seguir aos debates, o Comité decidiu estudar o documento que servirá de base de reflexão sobre a questão. O documento deve tomar em consideração o recém-criado Movimento Pan-Africano sobre a Criança;
- Colaboração com a Comissão da União Africana para os Direitos Humanos e dos Povos (CADHP / ACHPR). O Presidente recordou que a ideia foi afluída para designar um relator especial da violência contra a criança. Uma vez que esta proposta não adoptada, seria útil que o Comité cooperasse com a CADHP para beneficiar-se das oportunidades ou informação disponível para os vários relatores especiais daquela instituição;
- Houve uma proposta de reflexão sobre a possibilidade de fazer com que os membros do Comité sejam responsáveis pelos temas específicos;
- Foi igualmente proposto que o Comité publique o seu próprio Boletim Informativo para dar maior visibilidade às suas acções;

- Observou-se que a Sr^a Pholo Mamosebi, membro do Comité, não tinha conseguido participar em duas sessões consecutivas do Comité sem justificação; o Comité decidiu enviá-la um aviso em conformidade com o Artigo 14 das Regras de Procedimento;
- Houve uma proposta sobre a possibilidade do Comité ter a sua própria sede como acontece com outras instituições da UA. Esta proposta foi considerada extemporânea tendo em mente certas prioridades que o Comité tem que atender.

PONTO 16: ADOPÇÃO DA PROPOSTA DO RELATÓRIO

47. Depois da apresentação do relatório pelo relator, foram feitas algumas propostas de emenda e o relatório foi adoptado, faltando a consideração das referidas emendas.

PONTO 17: CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

48. No seu discurso de encerramento, a Directora do departamento dos Assuntos Sociais agradeceu aos participantes pelo trabalho realizado e sublinhou a necessidade de implementar as decisões. Ela agradeceu igualmente a Secretária do Comité que não poupou esforços para garantir o sucesso da sessão, e desejou aos participantes um regresso seguro.

49. No seu discurso de encerramento, o Presidente Cessante do Comité elogiou as decisões e as recomendações adoptadas na sessão, tendo agradecido aos participantes pelas suas contribuições e pela qualidade dos debates. Ele agradeceu igualmente à Comissão da UA, os seus pares, membros do comité, e a Secretária pelo apoio a ele emprestado durante o seu mandato. Enquanto desejava sucesso total ao recém-eleito Bureau, ele declarou encerradas as deliberações da 11^a Sessão do Comité.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Relatório do Comité Africano De Peritos Sobre Os Direitos e o Bem-Estar da Criança

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3852>

Downloaded from African Union Common Repository